

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na Escola Superior  
de Guerra do Brasil**

Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2020

Gostaria de começar por dar os parabéns à Escola Superior de Guerra que celebrou 70 anos em 2019. Sete décadas dedicadas ao estudo aprofundado do destino do Brasil no Mundo é obra merecedora de elogio por todos aqueles que, como eu e como tantos outros portugueses, acompanham com interesse os assuntos brasileiros. Conhecemos todos, especialmente aqueles estrangeiros que, como foi o meu caso, tiveram o privilégio de viver neste país, as palavras do famoso carioca, Tom Jobim, muito repetidas, mas nem por isso menos pertinentes, de que: “o Brasil não é para principiantes”. O Brasil, de facto, merece estudo aprofundado. Nestas funções que atualmente desempenho dou mais valor do que nunca à importância das instituições que permitem formar os nossos quadros, antecipar as grandes tendências globais, e propor adequadas políticas de resposta a estas tendências e desafios.

Quero também sublinhar as antigas e fortes ligações da Escola Superior de Guerra a Portugal, a começar pelo magnífico espaço do Forte de São João, onde nasceu o Rio de Janeiro pelas mãos de Estácio de Sá, há cinco séculos atrás. Ao longo das décadas de existência da Escola Superior de Guerra, esta ligação a Portugal foi cultivada, nomeadamente, por via da colaboração frequente com o nosso Instituto da Defesa Nacional, instituição que tenho a honra de tutelar diretamente. Uma colaboração que se traduziu, nomeadamente, neste último ano, num projeto conjunto entre a Escola Superior de Guerra e o Instituto da Defesa Nacional dedicado a pensar os desafios de segurança no Atlântico.

É fundamental pensarmos em conjunto importantes desafios e ameaças, e ao fazê-lo devemos explorar as oportunidades significativas que resultam destas novas tendências na segurança internacional que impactam o Atlântico, um oceano que tem tido um papel central no

sistema internacional, assim como na história de Portugal e do Brasil.

O que me proponho é precisamente apresentar-vos uma visão portuguesa de algumas destas grandes tendências a nível global no campo da segurança e defesa. Seria impossível abranger todos os grandes desafios atuais, mas destacaria na minha intervenção três que me parecem fundamentais.

Uma **primeira tendência** fundamental tem que ver com a prevalência crescente de conflitos armados de tipo não-convencional. Forças irregulares surgem em territórios empobrecidos e marginalizados, pouco ou nada controlados pelos Estados respetivos. Aumenta a tendência para a proliferação de ameaças como as da guerrilha, do terrorismo, da pirataria ou da criminalidade organizada por grupos armados não-estatais e, frequentemente, transnacionais e bem equipados.

As grandes guerras convencionais praticamente desapareceram nas últimas décadas. Porém, este facto está longe de ser sinónimo de paz. E não significa que se possa ser complacente com as ameaças convencionais por parte de Estados agressivos. Pelo contrário. Em parte, esta mudança no tipo prevalecente de conflitos armados resulta da dissuasão credível de ataques por outros Estados por via da robustez das nossas Forças Armadas no domínio convencional. Como bem afirma Rui Barbosa: “um exército pode passar cem anos sem ser usado, mas não pode passar um minuto sem estar preparado”.

O que esta tendência realmente significa é que a par da missão tradicional de defesa convencional, os nossos militares, as nossas forças de segurança são cada vez mais chamadas a enfrentar adversários que recorrem a ataques surpresa, ignoram as leis da guerra, visam alvos civis. São, por isso, inimigos especialmente perigosos e difíceis de

combater, que não reconhecem fronteiras ou limites de qualquer tipo.

Entre os exemplos paradigmáticos destas ameaças difusas, transnacionais, nos últimos anos, estão a Al-Qaeda e o *Daesh*, assim como outros grupos jihadistas, muito presentes no Sahel e que se aproximam perigosamente da costa atlântica da África Ocidental. A pirataria no Golfo do Guiné é um outro bom exemplo deste enorme desafio, nomeadamente no seu impacto em termos de segurança marítima no Atlântico. Exigindo o empenhamento de meios navais muitos significativos durante longos períodos. Exigindo também uma abordagem holística compreensiva, que vá para além do combate aos grupos armados dedicados à pirataria e que lide com alguns dos problemas socioeconómicos internos que os alimentam.

Este é o tipo de ameaça a que nenhum Estado, nem mesmo o mais poderoso, pode responder sozinho com facilidade. A resposta à pirataria será tanto mais eficaz

quanto resultar de um esforço coordenado de segurança cooperativa, como é o caso do G7 ++, os países Amigos do Golfo Guiné. Esta é, de facto, uma região em que também Portugal e o Brasil têm tido uma presença naval, no sentido de cooperar com os países da região em resposta a esta ameaça a um Atlântico seguro e pacífico.

Portugal está ativo e muito empenhado numa abordagem de segurança cooperativa a estas ameaças. Este é aliás o tema de um curso que iremos promover nos Açores, já neste mês de maio, no âmbito das atividades do [Centro Atlântico](#), sobre o qual direi umas palavras mais adiante. Para nós será muito importante contar com a participação do Brasil, que Portugal vê como um parceiro preferencial e imprescindível nas suas iniciativas de segurança cooperativa no Atlântico.

Uma **segunda tendência** fundamental na segurança global tem a ver com as enormes mudanças tecnológicas com impacto na defesa, que têm vindo a ocorrer nas últimas

décadas. Estas mudanças tecnológicas, com implicações em praticamente todas as áreas da economia e da sociedade, colocam-nos importantes desafios, criam vulnerabilidades, mas também representam oportunidades.

Em termos de exemplos destas novas tecnologias com grande impacto no campo da defesa e segurança basta pensar na forma da Internet está a transformar a nossa sociedade e na necessidade de desenvolvimento da ciberdefesa como uma área prioritária para a nossa segurança. Outro exemplo é o desenvolvimento dos veículos militares não-tripulados, não apenas aéreos, mas também terrestres ou marítimos, incluindo submarinos. Estamos perante ameaças, mas também possibilidades novas, nomeadamente relativamente à segurança marítima do Atlântico que queremos promover.

Dado o grau de investimento a que estas novas tecnologias nos obrigam, elas são também uma oportunidade para

criar parcerias entre vários Estados. É, por exemplo, o que temos feito cada vez mais no seio da União Europeia, com os projetos da chamada Cooperação Estruturada Permanente, também conhecida pela sigla inglesa PESCO. Portugal participa em 25 projetos e lidera dois deles, precisamente no domínio dos veículos não tripulados submarinos e no domínio da ciberdefesa.

Esta é também uma área em que já estamos a colaborar com o Brasil. Uma das razões da minha vinda ao Brasil foi para visitar a Embraer, em Gavião Peixoto, um excelente exemplo de como a tecnologia desenvolvida pela engenharia brasileira é capaz de competir com o que há de melhor a nível global. É um bom exemplo também de parcerias em curso entre Portugal e o Brasil, nomeadamente no que diz respeito ao avião de transporte militar KC-390, agora designado também C-390, que será em parte fabricado em Portugal, e que reforçará significativamente a capacidade vital de projeção de força

das Forças Armadas portuguesas. O C-390 é também um bom exemplo de como Portugal pode ser uma porta interessante de entrada no mercado europeu de defesa para o Brasil.

Uma **terceira tendência** na segurança global é a exigência crescente da segurança cooperativa para lidar com ameaças e riscos que são cada vez mais globais ou regionais, e não apenas nacionais. Esta exigência surge também numa era de crescente unilateralismo num quadro de confronto entre potências emergentes e potências tradicionalmente dominantes. Sobram, no entanto, muitos países disponíveis para uma abordagem cooperativa à segurança. E na minha definição de segurança cooperativa cabem não apenas alianças muito formalizadas, mas também todo o tipo de parcerias e acordos, inclusive, naturalmente, bilaterais, como os que unem Portugal ao Brasil.

A visão portuguesa da segurança global e regional está, efetivamente, ancorada no facto de Portugal ser um Estado europeu do Atlântico, e um Estado membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mas também da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com um forte compromisso com a Nações Unidas e os seus princípios.

Permitam-me que comece por dizer algumas palavras sobre **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)**. Portugal é, efetivamente, um dos membros fundadores da OTAN, desde 1949. E a OTAN é um dos pilares fundamentais da defesa de Portugal.

Sabemos, que a OTAN tem sido atravessada por algumas tensões e crises recentes. Mas importa sublinhar que qualquer obituário é muitíssimo precoce. A OTAN continua a ser a mais robusta das alianças militares do mundo. E tem mostrado, repetidamente, capacidade de se reinventar ao

longo de sete décadas e de superar as crises e divergências entre os seus membros.

Um ponto de alguma controvérsia recente é a questão do nível adequado de despesa em defesa por parte dos diferentes aliados da OTAN. Efetivamente o nível de investimento nas Forças Armadas tinha caído excessivamente na Europa, depois de uma certa complacência que se tinha instalado desde o final da Guerra Fria, e, sobretudo, como resultado dos anos da crise económica e financeira muito séria, após 2008. Hoje há uma clara tendência para o aumento do investimento militar. Este é um compromisso que só é sustentável se corresponder a um reforço da Base Tecnológica e Industrial da Defesa dos países europeus membros da OTAN. Mas Portugal está comprometido com este objetivo, já aumentou efetivamente a sua despesa em defesa em 29% desde 2014, e continuará, nos próximos anos, com este esforço. Mas este não pode ser o único

indicador do compromisso dos Estados membros com a OTAN. Uma coisa é ter meios, outra é estar disposto e preparado para empenhá-los efetivamente. Ora, nós estamos a trabalhar nesse sentido, cada vez mais empenhando as nossas forças sem restrições, sem os chamados *caveats*. É o que fazemos quando enviamos as nossas tropas para desempenharem a missão de Força de Reação Rápida no Aeroporto de Kabul, no Afeganistão. Aqueles que visitam este país, aterram num aeroporto cuja segurança é garantida por forças portuguesas.

A OTAN tem como prioridade a defesa do espaço do Atlântico Norte. Mas a OTAN tem de estar e está disponível para colaborar com outros Estados e organizações regionais para enfrentar riscos e ameaças partilhadas. Neste sentido uma prioridade fundamental para Portugal é o reforço da parceria estratégica entre a OTAN e a União Europeia. Acreditamos que não é necessário escolhermos

entre uma ou outra. A Portugal interessa-nos que as duas instituições desenvolvam as suas capacidades.

Durante décadas a defesa europeia foi na prática assegurada pela OTAN e a União Europeia não tinha uma dimensão relevante de segurança e defesa. Tudo mudou nos últimos cinco anos e a União Europeia está, hoje, profundamente empenhada em desenvolver uma identidade europeia de defesa. Portugal participa neste processo e irá contribuir ativamente para o seu desenvolvimento no quadro da Presidência portuguesa da UE, que acontecerá no primeiro semestre de 2021. E na nossa presidência iremos dar prioridade particular à segurança marítima no Atlântico e à cooperação em matéria de segurança e defesa com o continente africano. Aprofundaremos também as dinâmicas da economia da Defesa no espaço europeu.

Muito se tem falado da necessidade de reforçar a autonomia estratégica da UE, para esta deixar de ser

apenas um gigante económico. Portugal defende este reforço da autonomia europeia, mas para fazer mais, para complementar e não para competir com a OTAN, a que também pertencem tantos outros Estados membros da União Europeia. Trata-se da União Europeia investir em ter os meios necessários para defender militarmente, quando for necessário, os valores e interesses europeus, no respeito pelo direito internacional.

Portugal mantém-se plenamente comprometido com os princípios da Carta da Nações Unidas. Princípios que sofreram alguma degradação no grau de compromisso para com eles no seio da comunidade internacional. Mas em coerência com os nossos princípios, estamos envolvidos em várias missões desta organização de segurança coletiva. Uma missão especialmente exigente é a que levamos a cabo, desde 2016, na República Centro Africana, a MINUSCA. Onde se têm feito esforços enormes, desde logo com as autoridades nacionais e as populações

locais, para se ultrapassar uma crise de segurança grave, que ameaça alastrar para outras partes do continente africano. Estamos muito orgulhosos da forma como a presença desta força portuguesa tem sido elogiada pelo governo e pela sociedade civil da República Centro Africana e pelos responsáveis da ONU. Sabemos que muitas vezes cabe à ONU avançar com missões quase impossíveis que mais ninguém quer. Por isso é tão importante que países comprometidos com uma ordem internacional mais justa, como é o caso de Portugal ou do Brasil, se empenhem neste tipo de missões. Como o tem feito o Brasil, no caso do Haiti, na MINUSTHA, ou no Líbano, comandando a Força Tarefa Marítima da UNIFIL, num desempenho justamente muito elogiado a nível internacional.

Para ilustrar este nível de empenho, deixem-me que vos diga que Portugal, desde 1991, empenhou mais de 50.000 militares em missões internacionais. No ano de 2019

Portugal enviou mais de 2000 militares das suas Forças Armadas para 29 missões da ONU, da UE e da OTAN na Europa, em África, na Ásia, ou nas Américas.

Queria ainda deixar uma nota pública de que apreciamos muito a presença de oficiais brasileiros numa das missões portuguesas na República Centro Africana, concretamente a missão de formação da União Europeia. Portugal está, evidentemente, sempre aberto a reforçar esta cooperação no terreno, em missões internacionais, entre as Forças Armadas portuguesas e brasileiras, que me parece uma área de trabalho especialmente promissora e profícua. Estamos, ainda, empenhados em que outros estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), possam juntar-se a esta experiência portuguesa e brasileira, em missões internacionais.

E isso leva-me precisamente à **CPLP** como o terceiro pilar da nossa política de alianças. Esta Comunidade de Países de Língua Portuguesa – em cuja fundação o Brasil, e em

particular o saudoso embaixador José Aparecido de Oliveira, teve um papel fundamental – tem vindo a desenvolver uma importante dimensão de defesa nos últimos anos. Desde logo com reuniões ao nível de Ministros da Defesa, como será o caso ainda este ano de 2020, precisamente em Brasília, onde seremos convidados do meu prezado amigo, o Ministro da Defesa do Brasil. Estes encontros são um instrumento muito útil, de consulta mútua, mas também de operacionalização de novas vias de cooperação. A CPLP desenvolve igualmente, como saberão, um exercício militar anual designado “Felino”, o último dos quais teve lugar em Angola, no ano passado de 2019. Estamos ainda a trabalhar no sentido de criar um quadro institucional para reforçar a cooperação no campo da ajuda de emergência, em que as Forças Armadas, pela robustez dos seus meios e prontidão dos seus homens e das suas mulheres, desempenham um papel vital. E há ainda todo um campo de cooperação na

área da educação, da formação e do treino dos nossos militares, em que podemos beneficiar da partilha da nossa língua comum e que, estando já a ser desenvolvido, estou seguro de que poderá continuar a ser reforçado.

Por fim, queria dirigir-vos algumas palavras a respeito do chamado Centro de Defesa do Atlântico, ou CEDA, que agora optámos por designar simplesmente de [Centro do Atlântico](#).

Creio que existe algum interesse no Brasil por esta iniciativa portuguesa de criar um centro de capacitação em Defesa do Atlântico, um centro que irá fixar-se nos Açores. Deixem-me que vos diga que também da parte portuguesa há muito interesse em que o Brasil seja um parceiro muito ativo na criação, na formatação, na consolidação deste centro, que se encontra agora em fase de desenvolvimento.

O objetivo do Centro do Atlântico é que seja um centro aberto a todos os Estados ribeirinhos do Oceano Atlântico,

de Leste a Oeste e de Norte a Sul. Acreditamos firmemente que nos faz falta um Centro do Atlântico que ajude a pensar, a refletir e a capacitar na resposta às ameaças que partilhamos no vasto espaço deste oceano. Mas, este não pretende ser um centro apenas português, pretende ser um Centro verdadeiramente de partilha dos países do Atlântico, que será tanto mais bem-sucedido quanto souber envolver numerosos Estados deste oceano.

Trata-se de um centro que não será afiliado em nenhuma organização, como a OTAN ou a União Europeia, embora possa colaborar com elas, caso a caso. O Centro Atlântico estará aberto a ter como parceiros de pleno direito, em igualdade de circunstâncias, não apenas países, mas também organizações de segurança regional de todo o espaço do Atlântico.

Há especificidades nos problemas de segurança das diferentes regiões do Atlântico. Ao criarmos o Centro Atlântico partimos do pressuposto de que ninguém,

nenhum Estado, nenhuma organização regional, tem todas as respostas para as ameaças à segurança marítima neste vasto oceano. Ameaças que não respeitam fronteiras representadas por grupos terroristas ou grupos de criminalidade organizada, grupos dedicados à pirataria, mas também por catástrofes naturais. Apenas coordenando e complementando os nossos esforços, saberemos dar resposta eficaz a estas ameaças no conjunto do Atlântico.

Entre outros o Centro do Atlântico irá organizar um Encontro Anual onde se discutem ameaças e riscos no Oceano Atlântico. Será uma plataforma para partilhar e apurar conjuntamente um conhecimento situacional comum sobre o Oceano Atlântico. Funcionará também como um centro de investigação multinacional que ajude a estudar melhor as dinâmicas desses riscos e dessas ameaças e a identificar formas de lhe responder cooperativamente. E, por fim, o Centro do Atlântico irá

organizar cursos de capacitação na área da segurança marítima em linha com as prioridades e os planos de ação definidos em conjunto com os países parceiros.

Realizámos já, a [primeira reunião exploratória do Centro do Atlântico](#), em novembro de 2019, juntando especialistas e responsáveis de Estados do Atlântico Norte e Sul, das Américas, de África e da Europa e, claro está, incluindo o Brasil, com uma participação importante. Neste momento temos já em preparação o primeiro curso internacional de formação, que terá lugar nos Açores, em maio deste ano de 2020, centrado num dos desafios consensualmente identificados como prioritário nessa primeira reunião: ou seja, a segurança marítima no Golfo da Guiné, que foi local de mais de 60% dos ataques de pirataria à escala mundial em 2019. Outros temas, outras regiões irão surgir em função do envolvimento dos países parceiros.

Para Portugal sempre pareceu importante, não apenas por razões de afeto e de simpatia, mas sobretudo por razões objetivas, que o Brasil participe no Centro do Atlântico. O Brasil é uma das principais potências do Atlântico, tendo muito a contribuir para o bom funcionamento deste Centro que aspiramos consolidar nos próximos anos.

Depois desta minha volta ao Mundo por via de algumas reflexões pessoais, deixem-me recordar que também vindo de Portugal, também de visita ao Rio de Janeiro, está o nosso navio-escola “Sagres” da Marinha portuguesa, que está, ele sim, literalmente a fazer uma volta um mundo.

Este é um navio que também é um ponto de união entre Portugal e o Brasil, pois, tendo sido fabricado na Alemanha, e antes de pertencer à Marinha Portuguesa, foi um navio da Marinha Brasileira, e nela ostentava o nome desta magnífica baía da Guanabara. Trata-se de um dos maiores e mais belos navios à vela do mundo, e nos próximos dias tem vários horários de abertura ao público,

pelo que aproveito para convidar todos os que gostam das coisas do mar a deslocarem-se à “Sagres” para uma visita.

Esta viagem de circum-navegação do nosso navio-escola “Sagres” faz parte das comemorações da primeira viagem deste tipo, em torno de todo o globo, que foi uma iniciativa radicalmente inovadora e de tremendas consequências na história mundial. Iniciativa, naturalmente, do grande navegador português, Fernão de Magalhães, em associação com o navegador espanhol Juan Sebastián Elcano, há exatamente cinco séculos atrás. Esta viagem pioneira marcou a criação da primeira rede verdadeiramente global. Esta primeira rede global, não era, evidentemente, assegurada pela Internet, mas por frágeis navios à vela. Não tinha a facilidade instantânea a que estamos habituados hoje, mas nem por isso a viagem de Magalhães deixou de marcar um salto de gigante na direção do mundo globalizado atual.

O desafio do tempo presente é encontrarmos os melhores mecanismos para nos juntarmos, portugueses e brasileiros, para termos um impacto no mundo do presente e do futuro, para ajudarmos a moldar esse mundo de acordo com as nossas visões, os nossos princípios, os nossos interesses.

Portugal e o Brasil são países irmanados pela história comum de vários séculos e pela língua portuguesa. São países cuja ligação tem sido sempre reforçada por vagas de migração de portugueses para o Brasil, e, mais recentemente, também de brasileiros para Portugal, que dão um contributo fundamental para o desenvolvimento dos nossos dois países. Por tudo isto, não é mera retórica falarmos de Portugal e do Brasil como países irmãos. Mas seria um erro pensar que esta proximidade e esta familiaridade, esta simpatia mútua, por si só garantem uma relação produtiva entre os dois países. Precisamos de continuar sempre a trabalhar no sentido de pensar e de

construir novas pontes sobre o Atlântico que nos liguem em áreas de interesse e benefício mútuo para os nossos dois países. E creio que a presença aqui hoje do meu prezado amigo o Ministro da Defesa do Brasil é bem um sinal público de que estamos empenhados em desempenhar essa tarefa, em ajudar a construir o nosso futuro comum.

Muito obrigado.